

LUIS GUILHERME
AIDAR BONDIOLI

Doutor e mestre pela Faculdade de Direito
da Universidade de São Paulo. Advogado.

COORDENADORES

JOSÉ ROBERTO F. GOUVÊA
LUIS GUILHERME A. BONDIOLI
JOÃO FRANCISCO N. DA FONSECA

XX

COMENTÁRIOS
AO CÓDIGO DE
PROCESSO CIVIL

ARTS. 994 A 1.044

2ª edição
2017

saraiva  jur

ISBN 978-85-472-1818-8

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

SOMOS | **saraiva** *jur*
EDUCAÇÃO

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Bondioli, Luis Guilherme Aidar

Comentários ao código de processo civil - volume XX (arts. 994-1.044) / Luis Guilherme Aidar Bondioli; coordenação de José Roberto Ferreira Gouvêa, Luis Guilherme Aidar Bondioli, João Francisco Naves da Fonseca. – 2. ed. – São Paulo : Saraiva, 2017.

1. Processo civil 2. Processo civil - Leis e legislação - Brasil I. Título II. Gouvêa, José Roberto Ferreira III. Fonseca, João Francisco Naves da.

17-0367

CDU 347.9(81)(094.4)

Índice para catálogo sistemático:

1. Processo civil - Leis e legislação - Brasil 347.9(81)(094.4)

Presidente	Eduardo Mufarej
Vice-presidente	Claudio Lensing
Diretora editorial	Flávia Alves Bravin
Conselho editorial	
Presidente	Carlos Ragazzo
Consultor acadêmico	Murilo Angeli Dias dos Santos
Gerência	
Planejamento e novos projetos	Renata Pascual Müller
Concursos	Roberto Navarro
Legislação e doutrina	Thais de Camargo Rodrigues
Edição	
Produção editorial	Daniel Pavani Naveira
	Ana Cristina Garcia (coord.)
	Luciana Cordeiro Shirakawa
	Clarissa Boraschi Maria (coord.)
	Guilherme H. M. Salvador
	Kelli Priscila Pinto
	Marília Cordeiro
	Mônica Landi
	Surane Vellenich
	Tatiana dos Santos Romão
	Tiago Dela Rosa
Diagramação e revisão	Know-How Editorial
Comunicação e MKT	Elaine Cristina da Silva
Capa	Aero Comunicação / Danilo Zanott
Produção gráfica	Marli Rampim
Impressão e acabamento	Prol Editora Gráfica

Data de fechamento da edição: 17-3-2017

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 603720 CAE 618661

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	7
---------------------------	---

Título II DOS RECURSOS

1. Conceito de recurso.....	21
2. Classificações.....	22
3. Efeitos.....	24
4. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	26

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 994	27
5. Cabimento.....	27
6. Confronto com o Código de Processo Civil de 1973.....	28
7. Discriminação e qualificação dos agravos	28
8. Fim dos embargos infringentes contra acórdão não unânime.....	30
9. Embargos de divergência: mera diminuição do nome.....	30
10. Princípios da taxatividade, da unicidade e da fungibilidade	31
Art. 995	33
11. Eficácia imediata das decisões como regra	33
12. Suspensão da eficácia da decisão recorrida	34
13. Tutela antecipada recursal e tutela provisória em grau de recurso..	36
Art. 996	37
14. Legitimidade	37
15. Parte.....	37
16. Terceiro	39
17. Ministério Público.....	40

COMENTÁRIOS AO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL V. XX

18. Interesse.....	41
19. Utilidade	41
20. Necessidade	43
Art. 997	43
21. Adesão a recurso prévio.....	43
22. Mesmas regras para admissão, julgamento e efeitos	44
23. Recursos que comportam adesão	45
24. Matéria objeto do recurso adesivo.....	47
25. Possíveis aderentes	47
26. Sucumbência recíproca	48
27. Prazo	49
28. Preparo.....	50
29. Desnecessidade de resposta ao recurso principal.....	50
30. Admissão do recurso principal como requisito adicional de admissibilidade	51
31. Procedimento	51
Art. 998.....	52
32. Linhas gerais sobre a desistência.....	52
33. Termos inicial e final.....	53
34. Efeitos.....	54
35. Repercussão geral e recursos extraordinários ou especiais repetitivos no contexto da desistência	55
Art. 999.....	56
36. Linhas gerais sobre a renúncia.....	56
37. Renúncia prévia ou ulterior à decisão recorrível.....	56
38. Efeitos.....	57
Art. 1.000.....	57
39. Linhas gerais sobre a aceitação	58
40. Aceitação expressa ou tácita	58
41. Efeitos.....	58
Art. 1.001	59
42. Conceito de despacho	59
43. Irrecorribilidade	59

Art. 1.002	60
44. Avanço terminológico	60
45. Impugnação total ou parcial.....	60
46. Efeitos da impugnação parcial.....	61
Art. 1.003	61
47. Prazo para recorrer e correlato prazo para responder.....	62
48. Termo inicial	63
49. Ainda o termo inicial: duas hipóteses especiais	64
50. Contagem.....	65
51. Termo final e protocolo.....	66
52. Aferição da tempestividade e recurso remetido pelo correio	67
53. Comprovação da tempestividade e feriado local.....	67
54. Preclusão temporal.....	68
Art. 1.004	68
55. Eventos influentes na contagem do prazo para recorrer	69
56. Interrupção ou suspensão	69
57. Interrupção automática	70
58. Reinício a partir da intimação	70
Art. 1.005	70
59. Extensão subjetiva do recurso	71
60. Primeira exceção: litisconsórcio unitário	71
61. Segunda exceção: solidariedade passiva e defesa comum	73
62. Aproveitamento sem prejuízo	74
Art. 1.006	74
63. Certificação e datação do trânsito em julgado.....	74
64. Baixa dos autos ao juízo de origem.....	75
Art. 1.007	76
65. Linhas gerais sobre o preparo	76
66. Comprovação no ato de interposição do recurso.....	77
67. Independência entre os recursos.....	79
68. Dispensa	80
69. Ainda a dispensa: porte de remessa e retorno em autos eletrônicos	81

70. Insuficiência	81
71. Ausência	82
72. Justo impedimento.....	83
73. Equívoco no preenchimento da guia de custas.....	84
Art. 1.008	85
74. Efeito substitutivo	85
75. Simples cassação da decisão substitutiva	86
76. Substituição proporcional à impugnação	86

Capítulo II

DA APELAÇÃO

Art. 1.009	87
77. Linhas gerais sobre a apelação e seu cabimento	87
78. Decisões interlocutórias não agraváveis	90
79. Contraditório em torno da questão prévia	93
80. Questão prévia e princípio da unicidade	93
Art. 1.010	93
81. Regularidade formal.....	94
82. Retratação do juiz	96
83. Intimação do apelado para oferta de contrarrazões.....	98
84. Ulterior intimação do apelante	98
85. Remessa dos autos para o tribunal	98
Art. 1.011	99
86. Distribuição e julgamento: repetição ociosa.....	99
Art. 1.012	100
87. Efeito suspensivo como regra	101
88. Exceções legais à regra do efeito suspensivo	102
89. Cumprimento provisório	106
90. Requisitos formais do pedido de efeito suspensivo ou tutela antecipada recursal.....	107
91. Requisitos materiais do pedido de efeito suspensivo ou tutela antecipada recursal.....	108

Art. 1.013	109
92. Extensão e profundidade do efeito devolutivo na apelação	110
93. Julgamento direto do <i>meritum causae</i> e de questões de mérito pelo tribunal	113
94. Impugnação da deliberação sobre tutela provisória na sentença	116
Art. 1.014	117
95. Questões de fato inéditas	117

Capítulo III

DO AGRAVO DE INSTRUMENTO

Art. 1.015	119
96. Linhas gerais sobre o agravo de instrumento e seu cabimento: rol taxativo	120
97. Tutelas provisórias	123
98. Mérito do processo	124
99. Rejeição da alegação de convenção de arbitragem	125
100. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	126
101. Rejeição ou revogação da gratuidade da justiça	127
102. Exibição ou posse de documento ou coisa	127
103. Exclusão de litisconsorte	127
104. Rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio	128
105. Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros	128
106. Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo dos embargos à execução	129
107. Redistribuição do ônus da prova	130
108. Outros casos expressamente referidos em lei	131
109. Decisões interlocutórias na fase de liquidação ou cumprimento de sentença, no processo de execução e no inventário	131
110. Não interposição do agravo de instrumento e preclusão	132
111. Descabimento do agravo de instrumento e mandado de segurança	133
Art. 1.016	133
112. Regularidade formal	133
Art. 1.017	134
113. Peças do agravo: mais um caso de anacronismo	135

114. Preparo e interposição	136
115. Instrução ulterior e sanção de outros vícios	136
Art. 1.018	137
116. Comunicação em primeira instância da interposição do agravo: faculdade e anacronismo	137
117. Reforma da decisão agravada pelo próprio prolator.....	139
118. Inadmissão do agravo não noticiado	141
Art. 1.019	141
119. Julgamento monocrático.....	142
120. Procedimento: efeito suspensivo, tutela antecipada recursal e contraditório.....	142
Art. 1.020	144
121. Prazo impróprio para o julgamento	144
122. Inclusão em pauta	144
123. Sustentação oral	144
124. Efeitos devolutivo e translativo	145
125. Prolação de sentença na pendência do agravo.....	146

Capítulo IV DO AGRAVO INTERNO

Art. 1.021	148
126. Linhas gerais sobre o agravo interno e seu cabimento	148
127. Fungibilidade com embargos de declaração	151
128. Regularidade formal.....	152
129. Procedimento	152
130. Retratação	152
131. Sustentação oral.....	153
132. Julgamento	154
133. Sanções para o agravo manifestamente inadmissível ou improcedente	155

Capítulo V DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Art. 1.022	159
134. Linhas gerais sobre os embargos de declaração e seu cabimento	159

135. Pronunciamentos embargáveis	161
136. Pronunciamentos em primeira instância	162
137. Pronunciamentos no âmbito dos tribunais	163
138. Relatório, fundamentos, dispositivo e ementa.....	164
139. Vícios embargáveis.....	165
140. Obscuridade	166
141. Contradição.....	166
142. Omissão.....	168
143. Erro material	171
144. Erros evidentes	172
145. Interesse.....	175
146. Embargos de declaração noutros diplomas legais.....	176
Art. 1.023	177
147. Prazo	177
148. Regularidade formal.....	177
149. Preparo.....	178
150. Intimação do embargado para resposta.....	178
Art. 1.024	179
151. Julgamento em cinco dias pelo juiz.....	180
152. Julgamento monocrático ou colegiado nos tribunais	180
153. Conversão em agravo interno	182
154. Outros recursos interpostos antes do julgamento dos embargos	183
155. Efeitos devolutivo e translativo	185
156. <i>Reformatio in pejus</i>	186
Art. 1.025	187
157. Prequestionamento	188
Art. 1.026	190
158. Ausência de efeito suspensivo ordinário	191
159. Efeito suspensivo extraordinário e tutela antecipada recursal.....	191
160. Efeito interruptivo e seus desdobramentos	192
161. Novos embargos de declaração	195
162. Sanções para os embargos manifestamente protelatórios.....	196

Capítulo VI
DOS RECURSOS PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
E PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Seção I
Do Recurso Ordinário

Art. 1.027	201
163. Linhas gerais sobre o recurso ordinário e seu cabimento	202
164. Agravo de instrumento para o Superior Tribunal de Justiça	206
165. Amplo efeito devolutivo e julgamento direto do <i>meritum causae</i> na instância recursal	206
166. Requerimento de efeito suspensivo ou tutela antecipada recursal..	207
 Art. 1.028	 208
167. Requisitos de admissibilidade do recurso ordinário	209
168. Procedimento	209
169. Agravo de instrumento para o Superior Tribunal de Justiça	210

Seção II
Do Recurso Extraordinário e do Recurso Especial

Subseção I
Disposições Gerais

Art. 1.029	210
170. Linhas gerais sobre os recursos extraordinário e especial e seu cabimento	211
171. Regularidade formal.....	215
172. Repercussão geral em recurso extraordinário	216
173. Dissídio jurisprudencial em recurso especial	217
174. Superação ou correção de vício formal	218
175. Efeito suspensivo e tutela antecipada recursal.....	220
 Art. 1.030	 222
176. Procedimento perante o tribunal <i>a quo</i>	223
177. Os possíveis rumos do recurso extraordinário ou especial.....	223
178. Recursos ou requerimentos diante da decisão do tribunal <i>a quo</i>	227

Art. 1.031	230
179. Procedimento perante os tribunais <i>ad quem</i>	230
Art. 1.032	233
180. Conversão do recurso especial em recurso extraordinário	233
181. Juízo de admissibilidade	236
182. Recurso adesivo	236
Art. 1.033	237
183. Conversão do recurso extraordinário em recurso especial	237
184. Juízo de admissibilidade	239
185. Recurso adesivo	239
Art. 1.034	240
186. Julgamento da causa pelos Tribunais de Superposição	240
Art. 1.035	245
187. Linhas gerais sobre a repercussão geral e sua caracterização	246
188. Demonstração, existência e presunção	247
189. <i>Amicus curiae</i>	248
190. Procedimento e julgamento	249

Subseção II

Do Julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos

Art. 1.036	252
191. Linhas gerais sobre os recursos extraordinários ou especiais repetitivos	253
192. Multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito	254
193. Deflagração do julgamento <i>por amostragem</i>	256
194. Seleção dos recursos repetitivos	257
195. Suspensão dos processos repetitivos	259
Art. 1.037	261
196. Providências preliminares e decisão de afetação	263
197. Suspensão dos processos repetitivos	266
198. Arguição de distinção para levantamento da suspensão	267

Art. 1.038	268
199. <i>Amicus curiae</i>	269
200. Audiência pública	270
201. Requisição de informações aos tribunais inferiores	271
202. Intimação do Ministério Público	271
203. Outras providências e julgamento	272
Art. 1.039	275
204. Rumos dos demais recursos nos Tribunais de Superposição	275
205. Falta de repercussão geral e seus desdobramentos	277
Art. 1.040	278
206. Rumos dos processos nas instâncias inferiores.....	278
207. Desistência da demanda em primeira instância.....	281
208. Comunicação na esfera administrativa	282
Art. 1.041	282
209. Juízo de retratação negativo	282
210. Juízo de retratação positivo	283
211. Recursos com questão fora do julgamento <i>por amostragem</i>	284

Seção III

Do Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário

Art. 1.042	284
212. Linhas gerais sobre o agravo em recurso especial ou extraordinário e seu cabimento	285
213. Regularidade formal e dispensa do preparo	287
214. Requerimento de efeito suspensivo ou tutela antecipada recursal..	287
215. Procedimento perante o tribunal <i>a quo</i>	288
216. Procedimento perante o tribunal <i>ad quem</i>	289

Seção IV

Dos Embargos de Divergência

Art. 1.043	290
217. Linhas gerais sobre os embargos de divergência e seu cabimento...	291

218. Regularidade formal, prova da divergência e acórdão paradigma..	294
219. Requerimento de efeito suspensivo ou tutela antecipada recursal..	297
Art. 1.044	297
220. Procedimento e julgamento.....	297
221. Efeito devolutivo e julgamento da causa.....	300
222. Efeito interruptivo.....	302
223. Recurso extraordinário contra o acórdão embargado e contra o acórdão dos embargos.....	303
<i>Bibliografia</i>	305